



Comitê Estratégico	Membros	Área
Diretoria-Geral	HUGO PEREIRA FILHO	DIGER
Assessoria Jurídica da Presidência	MARIA CECÍLIA DE SÁ ARRUDA	ASJUR
Secretarias	PEDRO BRUNO TRIGUEIRO	SCR
	ORLEANES CAVALCANTI O. VIANA GOMES	SJU
	LORENA DE ALMEIDA MORAIS BELO	STI
	IBERÊ COMIN NUNES	SOF
	BENEDITO SÉRGIO MONTE SILVA COELHO	SAD
	RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE	SCI
	CYNTIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO	SGP
Coordenadoria de Eleições	EDNA FERNANDES SABÓIA	COELE
Coordenadoria da Escola Judiciária Eleitoral	ROBERTA LAENA COSTA JUCÁ	COEJE

PAUTA:

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A Coordenadoria de Eleições (COELE) comunicou a necessidade de providenciar:</p> <p>a) a expedição dos Ofícios destinados ao Governo do Estado, à Prefeitura de Fortaleza, à Enel e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Fortaleza - IFCE, objetivando dar seguimento às tratativas registradas no PAD nº 9.803/2022 com fito assegurar a adequabilidade dos locais de votação;</p> <p>b) a contratação de veículos com motoristas para suprir os itens desertos ou fracassados no escopo do Pregão Presencial nº 11/2022, conforme relatado no PAD nº 11.694/2022 para assegurar o serviço logístico às Zonas Eleitorais constantes no edital do certame.</p> <p>Deliberação: O Comitê Estratégico (COE) restou ciente das providências necessárias e deliberou pela sua priorização. Ademais, ficou decidido que, em prol da regularidade do serviço eleitoral, será autorizada excepcionalmente a contratação direta do serviço de locação de veículos para atender aos itens desertos ou fracassados no Pregão Presencial nº 11/2022.</p>	COAPA COELE	Imediato

Deliberações	Área Resp.	Prazo

A Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (ASPEG) pontuou as manifestações registradas no SEI nº [2022.0.000001362-6](#), no qual as áreas institucionais apresentaram propostas para aperfeiçoamento das minutas de atualização do arcabouço normativo que define o Sistema de Governança e Gestão, a Política de Gestão de Riscos e o Estatuto de Auditoria Interna:

- Inclusão do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, instituído pela Resolução TRE-CE nº 892/2022, no rol de instâncias de governança (proposição da OUVIR);
- Inclusão da Assessoria de Segurança da Informação, criada pela Resolução TRE-CE nº 896/2022, no rol de instâncias de apoio à govenança (proposição da STI);
- Alteração da unidade responsável pela consolidação do relatório de transição de gestão para a Assessoria de *Compliance*, Integridade e Riscos, criada pela Resolução TRE-CE nº 896/2022 (proposição da ASPEG);
- Alteração do dispositivo que trata do prazo para formulação dos planos insitucionais (proposição da ASPEG em atenção à manifestação da COELE). A STI ponderou que o prazo de 90 dias após a publicação da norma coincidiria com o período eleitoral com maior sobrecarga nas atividades;
- Alteração da composição do Comitê Estratégico para contemplar somente a Diretoria-Geral e as Secretarias (proposição da SGP). A Secretária de Gestão de Pessoas explicou o embasamento técnico da proposta, apontando modelos similares em outras instituições, defendendo a necessidade de enxugamento da pauta do Comitê Estratégico e o fortalecimento das outras instâncias de governança que tratam de temas específicos. A Juíza Auxiliar da Corregedoria manifestou-se pelo engajamento da magistratura na gestão estratégica. O Diretor-Geral reconheceu o respaldo técnico da proposta da SGP, porém apontou que o Comitê Estratégico no TRE-CE também serve para assegurar a transparência do processo decisório e a integração intrainstitucional;
- Exclusão do Plano Anual de Capacitação (PAC) do rol de planos institucionais (proposição da SGP). A ASPEG alertou que a não utilização do PAC poderia resultar em descumprimento da Resolução TSE nº 22.572/2007 e incongruência com outras normas internas como a Resolução TRE-CE nº 563/2014 (Política de Gestão de Riscos) e a Resolução TRE-CE nº 865/2021 (Estatuto de Auditoria Interna). O Secretário de Administração apontou que a Resolução TRE-CE nº 859/2021 (Política de Gestão de Pessoas da Área de Contratações) presupõe a formulação do PAC. A Secretária de Gestão de Pessoas sustentou que a proposta estava sustentada pela praxe da unidade técnica que adotou a formulação do Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC) em substituição ao PAC.

Deliberação: O Comitê Estratégico (COE) deliberou nos seguintes termos:

- Inclusão do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no rol de instâncias de governança: **proposta aprovada;**
- Inclusão da Assessoria de Segurança da Informação no rol de instâncias de apoio à govenança: **proposta aprovada;**
- Alteração da unidade responsável pela consolidação do relatório de transição de gestão para a Assessoria de *Compliance*, Integridade e Riscos: **proposta aprovada;**
- Alteração do dispositivo que trata do prazo para formulação dos planos insitucionais: **proposta aprovada com definição do prazo de 180 dias para adequação à norma;**
- Alteração da composição do Comitê Estratégico para contemplar somente a Diretoria-Geral e as Secretarias: **proposta rejeitada, mantendo-se a composição presente na minuta;**
- Exclusão do Plano Anual de Capacitação do rol de planos institucionais: **proposta aprovada com direcionamento para adoção do Plano Diretor de Desenvolvimento de Competências (PDDC) em substituição ao Plano Anual de Capacitação (PAC) nas normas relacionadas.**

Adicionalmente, ficou decidido que, para melhorar a transparência da gestão, será providenciado um atalho no "Acesso Rápido" da intranet para os relatórios do Comitê Estratégico. A ASCOM noticiará a medida ao público interno.

ASPEG

Imediato

3. Prêmio CNJ de Qualidade 2022

Deliberações	Área Resp.	Prazo
--------------	------------	-------

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A pauta foi precedida pela participação da representante da Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, instituída pela Portaria TRE-CE nº 98/2021, que divulgou a disponibilização do curso "Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação" a ser realizado nos dias 17 e 19 de agosto para, respectivamente, magistrados(as) e servidores(as). A ASPEG enfatizou que cada capacitação corresponde a 5 pontos na edição corrente do Prêmio CNJ de Qualidade, recomendando aos gestores a participação no evento.</p> <p>O Assessor de Planejamento, Estratégia e Gestão apresentou a estimativa de pontuação com base nos requisitos indicados na Portaria CNJ nº 170/2022, apontando os itens possíveis de atendimento, mas que possuem pendências de comprovação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões do Comitê Gestor Regional da Política de Priorização do 1º Grau. A Coordenadoria de Atendimento ao Eleitor (COATE) promoverá duas reuniões do Comitê Gestor do 1º Grau de Jurisdição no prazo exigido pelo Prêmio; • Política e Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário. A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) informou que o processo de alteração na denominação de cargos foi sobrestado no TSE, de modo que a comprovação desse quesito será realizada mediante apresentação da minuta correspondente; • Política de Gestão Documental. A DIGER comunicou que submeterá ao Tribunal a proposta presente no PAD nº 10755/2022; • RDC-Arq. A STI comunicou que as providências de instalação de software foram concluídas, restando a necessidade de concluir a contratação do arquivologista para adequada utilização da ferramenta. <p>Deliberação: O Comitê Estratégico (COE) deliberou nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quanto ao curso "Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação" serão disponibilizadas 50 vagas para magistrados(as) na turma do dia 17 de agosto e 50 vagas para servidores(as) na turma do dia 19 de agosto, sendo 30 ocupantes de cargos comissionados e 20 para ocupantes de funções comissionadas. Será providenciado ofício aos magistrados(as) de 1º grau para promover o engajamento no evento; • Quanto ao Núcleo de Justiça 4.0, as unidades envolvidas avaliarão a viabilidade de implantação nos termos da Resolução CNJ nº 385/2021; • A ASPEG abrirá um trâmite colaborativo, no período de 29 a 31 de agosto, para que as unidades competentes enviem os documentos comprobatórios para fins de submissão à Comissão Avaliadora do CNJ. 		

4. PAD nº 15.645/2020: CNJ - solicita informar se este Tribunal adotou a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, indicar as diretrizes que estão sendo utilizadas e envio de cópia dos atos regulamentares.

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A Diretoria-Geral (DIGER) deu ciência da publicação da Resolução TRE-CE nº 892/2022, que institui a Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais no âmbito da Justiça Eleitoral do Ceará.</p> <p>Deliberação: O Comitê Estratégico (COE) restou ciente da nova norma, cabendo aos seus membros a difusão e aplicação da política institucional no âmbito das suas áreas de atuação. O PAD nº 15.645/2020 será encaminhado ao Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) para as providências iniciais e acompanhamento dos procedimentos.</p>	CGPD	Imediato

5. PAD nº 6.020/2021: Cria Grupo de Trabalho Análise instrumentos Mesários

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A Diretoria-Geral (DIGER) informou que a Coordenadoria de Apoio Administrativo (COAPA) solicitou reconsideração da deliberação exarada na Reunião do Comitê Estratégico nº 19/2022 (SEI-doc nº 0010778), na qual se consignou por manter a solução Carteira BB como instrumento prioritário para repasse de valores aos convocados e para contratar suplementarmente a solução de vale postal eletrônico dos Correios. Informou que foi noticiado que a solução de pagamento via Pix estaria em fase final de testes.</p> <p>Deliberação: O Comitê Estratégico (COE) deliberou por encaminhar o PAD nº 6.020/2021 à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) para análise da viabilidade da adoção da solução de pagamento via Pix.</p>	SOF	Imediato






6. Mudança para a Nova Sede

Deliberações	Área Resp.	Prazo

<p>A Secretaria de Administração (SAD) comunicou o planejamento das etapas de mudança para a Nova Sede Administrativa, nos seguintes termos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Etapa 1 - UNIDADE: Etiquetação das estações de trabalho de cada servidor/colaborador; • Etapa 2 - SEMAN: Interligação elétrica e de dados; • Etapa 3 - REDES/SEMAN: Ativação e configuração dos pontos de rede; • Etapa 4 - SEQUI: Desmontagem/Montagem de equipamentos de TI, SEPAT: Mudança das cadeiras/demais bens permanentes, SETRA: Transporte dos bens/materiais para a Nova Sede. <p>Comunicou as providências prévias a serem tomadas pelas unidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Receber da SEPAT a relação dos bens permanentes atualizadas; • Conferir os bens e “ticar” os equipamentos/materiais/móveis (tombados) que farão parte da mudança; • Remeter à SEPAT a listagem conferida e “ticada”; • Identificar os equipamentos/materiais/móveis para a mudança (exemplo: colocar etiquetas); • Visitar a nova sede para identificar o local de trabalho de cada servidor no espaço disponível (etiquetação das estações de trabalho); • Acompanhar a retirada dos equipamentos/materiais/móveis na sede antiga e a entrega na nova sede. <p>Esclareceu que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a SEPAT orientará as unidades quanto os bens móveis tombados que farão a mudança para a nova sede. • os bens/utensílios pessoais, materiais de expediente e outros devem ser acondicionados em caixas identificadas ou levados pessoalmente; • provavelmente, será necessária a paralisação do trabalho no dia da mudança. <p>Por fim, apresentou proposta de cronograma para mudanças das unidades. A SJU propôs ajustes para viabilizar a mudança coordenada da Presidência, da Corregedoria e das unidades envolvidas nas sessões plenárias, justificando que a realização de sessões na Nova Sede ficaria prejudicada com unidades ainda instaladas na Atual Sede. A STI solicitou flexibilidade na mudança da área, considerando as atividades preparatórias do pleito.</p> <p>Deliberação: O Comitê Estratégico (COE) restou ciente das providências promovidas pela Secretaria de Administração (SAD). O cronograma será levado à consideração do Presidente e do Corregedor, que decidirá acerca de eventuais mudanças na proposta da SAD.</p>	SAD	Imediato
--	-----	----------

Deliberações	Área Resp.	Prazo
<p>A Assessoria Jurídica da Presidência (ASJUR) comunicou a publicação do Decreto Estadual nº 34.885/2022, que desobriga a apresentação do passaporte sanitário para ingresso nos locais e nas situações previstas no Decreto nº 34.795/2022. Apontou a necessidade de revisão das Portarias emitidas durante a pandemia para adequar o arcabouço normativo às atuais condições epidemiológicas.</p> <p>A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) reportou que o entedimento vigente na unidade de Serviço Médico do Tribunal (SAMED), que manifestou-se pela manutenção da obrigatoriedade do uso de máscaras enquanto não for concluída a mudança para a Nova Sede Administrativa.</p> <p>A Diretoria-Geral (DIGER) defendeu o alinhamento da normatização interna ao Decreto Estadual nº 34.885/2022, mantendo o uso de máscaras como recomendação apenas. Argumentou que, desde o início da pandemia de covid-19, a postura do TRE-CE tem sido de acompanhar as decisões das autoridades sanitárias.</p> <p>Deliberação:</p> <p>O Comitê Estratégico (COE) deliberou por sugerir à Administração acompanhar as medidas de controle Decreto Estadual nº 34.885/2022, de 5 de agosto de 2022. A SGP apresentará a minuta de normatização para alinhar o normativo do Tribunal ao Decreto Estadual.</p>	SGP	Imediato

Próxima reunião: 23 de agosto de 2022, às 13h.

	<p>Documento assinado eletronicamente por MARIA CECILIA DE SA ARRUDA, ASSESSORA, em 10/08/2022, às 15:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por ORLEANS CAVALCANTI DE OLIVEIRA VIANA GOMES, SECRETÁRIA, em 11/08/2022, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por CYNTHIA MONTEIRO DANTAS TOSCANO, SECRETÁRIA, em 11/08/2022, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por ROBERTA LAENA COSTA JUCA, ANALISTA JUDICIÁRIA, em 11/08/2022, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.</p>
	<p>Documento assinado eletronicamente por EDNA FERNANDES SABOIA, COORDENADORA, em 11/08/2022, às 19:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 1º, §2º, III, b, da Lei 11.419/2006.</p>

